

# CRISE DO EMPREGO E ESTRUTURAÇÃO DE NOVA SUBJETIVIDADE NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL:\* CURRÍCULO E TRABALHO DOCENTE

*Maria da Conceição da Silva Freitas\*\**

## Introdução

A formação profissional ocorre no contexto de crescente desemprego mundial, que atinge a todas as faixas etárias, e afeta de maneira especial a juventude, que deve suportar grandes incertezas de índole econômica e social. Em comparação com os adultos de hoje, os jovens têm mais probabilidades de ficarem desempregados e, também, de não terem seu potencial utilizado devido à falta de acesso ao trabalho decente e produtivo. Todavia, resta-lhes a certeza de poderem ser integrados a postos no trabalho flexibilizado, majoritariamente mal remunerados, que não oferecem benefícios suficientes nem tampouco perspectivas de promoção.

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho – OIT-2005, o número de jovens sem emprego no mundo era de 88 milhões, destes, 85% encontram-se em países em desenvolvimento. O aumento constante do desemprego juvenil entre 1993 e 2003 levou o percentual dos jovens de 15 a 24 anos para 47% do desemprego total. E as perspectivas de melhoria não são animadoras, já que é esperada a entrada de 660 milhões de jovens no mercado de trabalho nos próximos dez anos.

No Brasil, o desemprego de 3,5 milhões de jovens com idades entre 16 e 24 anos representa cerca de 45% da força de trabalho nacional e reforça a preocupação da OIT com o

---

\* Este trabalho é parte da tese de doutorado, em Sociologia, na Universidade de Brasília, defendida em 2004, que teve como campo empírico as escolas técnicas da Fundação de Apoio à Escola Técnica, órgão da Secretaria de Ciência e Tecnologia do Estado do Rio de Janeiro.

\*\* Pedagoga e orientadora educacional pela UFRGS; mestre em Educação e Trabalho pela UFF; doutora na área de Ciência, Tecnologia e Sociedade, pela UnB.

emprego de jovens. A grande dúvida é se, mesmo na melhor das hipóteses, haverá oportunidades de emprego suficientes para acomodar toda essa força de trabalho, e se os empregos seriam produtivos e decentes, já que 93% dos empregos até agora disponíveis para esse grupo estão na economia informal, de baixa remuneração, com pouca ou nenhuma segurança, benefícios e perspectivas de crescimento.

O Brasil também segue a tendência mundial. Conforme o IBGE/PNAD-2001, havia 10,4 milhões de desempregados. Em 2003, dentre o total dos desocupados na PEA, 27,3 % estavam na faixa etária de 15 a 19 anos, e 18,9% estavam entre 20 a 24 anos, perfazendo 46,2% dos desempregados entre 15 a 24 anos, na PEA do Brasil (IPEA, 2003, p.7). Em 2005, os desempregados de 15 a 24 anos correspondem a 45% do total da força de trabalho, nas regiões metropolitanas do Brasil conveniadas com o Dieese.<sup>1</sup> Esses percentuais são especialmente preocupantes em relação ao futuro do trabalho.

A crise do assalariamento exige ampliar o campo de análise e incluir o setor informal (GIRARD & THEODORO, 2003), porque além do trabalho regulado e dos empregos formais estarem em perigo de extinção, o trabalho permanece, agora sob a forma flexibilizada, precária, e sem respeito aos direitos sociais. No Brasil, o IBGE/ECIMF-1997 identificou que 45% (5.813.154) da população no setor informal tinham 1º grau incompleto, sendo que 15% (2.013.666) estavam com o 2º grau completo. Também o número de trabalhadores por conta própria era significativo, chegando a 67% (8.589.588). O número elevado de pessoas com 2º grau completo na informalidade seria um indicador de que o egresso da escola técnica tem grande possibilidade de trabalhar no setor informal, em que as condições de trabalho são marcadas pela pobreza e precariedade, sobretudo, a ciência e a tecnologia não têm condições de pleno desenvolvimento. O aumento

---

<sup>1</sup> O DIEESE faz pesquisa nas seguintes regiões metropolitanas, com as quais tem convênio: São Paulo, Recife, Salvador, Distrito Federal, Belo Horizonte, Porto Alegre. Portanto, as afirmações se restringem às regiões alcançadas pela pesquisa do DIEESE, o Rio de Janeiro não tem convênio.

da contratação flexibilizada significa que as novas formas de contratação abandonam a carteira assinada, e passam para o trabalho por conta própria (trabalho de autônomos) e a contratação de terceiros. Entre 1989 e 1999, ou seja, em dez anos, a contratação flexibilizada aumentou de 21% para 33%, em São Paulo, que é o estado com maior concentração industrial (DIEESE/SEADE/MTE/FAT – 2001). Também chama a atenção o crescimento do trabalho por conta própria, 22% da PEA do Brasil em 2001, bem como os 40%, que estão no trabalho desregulamentado, conforme IBGE/PNAD-2001. Os dados sinalizam que a juventude, com escolaridade de nível médio, tem forte probabilidade de encontrar emprego ou estar ocupada no setor informal ou ainda trabalhar como autônoma.

Os dados internacionais e nacionais indicam que o desemprego estrutural confirma-se como vocação – no sentido de chamamento – para um novo *ethos*, para outra forma de socialização, e requer a construção de uma disciplina (WEBER, 1996) para conviver com o trabalho flexibilizado e desregulamentado. Segnini (2000) discute a relação entre trabalho, educação e desenvolvimento e indaga se esta relação não estaria se constituindo num processo social de legitimação das mudanças no mercado de trabalho, via desemprego e precarização social. Pois, a reconversão do trabalho exige pessoas mais educadas para conviver com situações de desemprego, de não integração ao trabalho formal e estarem no setor informal.

Ao contextualizar o futuro do trabalho para os jovens, deve-se considerar ainda que o paradigma da acumulação flexível caracteriza-se pelo surgimento de setores novos na economia, pelo aumento do “setor de serviços” e a introdução de novas tecnologias, destacando-se as de comunicação. Emergem altos níveis de desemprego estrutural, que resultam na rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e retrocesso do poder sindical, incluindo ainda o aumento do trabalho autônomo e a mudança na gestão com o surgimento dos pequenos negócios em estru-

turas organizacionais patriarcais e artesanais (HARVEY, 2001). Tudo isso requer pessoas preparadas. A produção flexível, a desregulamentação do trabalho e o encolhimento do setor formal indicam que os jovens vão passar pelo desemprego, pelo trabalho precarizado e pelo setor informal. No Brasil, o crescimento da população jovem foi de 1,8 milhão, em 2000, e, para 2005, estava previsto um crescimento de 3,5 milhões de jovens brasileiros (IPEA, 2003), ao mesmo tempo em que o crescimento econômico não tem alcançado o mesmo nível do crescimento populacional de jovens (POCHMANN, 2000). Em consequência, o crescimento do setor informal se apresenta como uma forte possibilidade de inserção dos jovens, embora em condições de pobreza. Essas possibilidades nos conduziram a refletir sobre o papel da educação profissional na socialização dos jovens na crise do emprego.

A crise do capitalismo contemporâneo, iniciada a partir de 1973, alterou substantivamente a função econômica atribuída à escolaridade. A *era de ouro* do capitalismo durou de 1950 a 1973, período em que o pleno emprego funcionou com precisão, numa realidade que se apoiava em três condições: a reestruturação profunda do modelo de Estado; o impressionante avanço tecnológico e o aumento acelerado do nível educacional da população (HOBSBAWN, 1994; OCDE, 1996a, Comissão Econômica para América Latina e Caribe – Cepal, 1995, *in* GENTILLI, 1998, p.84). O caráter integrador da educação – incluindo as massas e os grupos dominantes – era identificado pelas condições que contavam com a criação de oportunidades educacionais para atingir o pleno emprego, sendo que ao Estado cabia um papel central no planejamento, na captação dos recursos financeiros, na atribuição e distribuição das verbas destinadas ao sistema educacional. Na crise do trabalho, o emprego deixou de ser um direito social, já que a reestruturação do Estado privilegiou a privatização, atribuindo também à escola essa característica. Em consequência disso, na era do fim dos empregos (RIFKIN, 1995), a função integradora da educação se transforma na **competência empregatícia** que é transferida do Estado para o indivíduo e é

também por meio desta noção que se vai construir um novo perfil de trabalhador. Nos anos 90, a reconversão produtiva em âmbito internacional e nacional demanda por um novo perfil – marcado pela necessidade de ter uma formação básica: leitura escrita e alfabetização tecnológica – período em que a presença dos organismos internacionais desempenha papel importantíssimo na definição das diretrizes educacionais dos países dependentes de financiamentos externos. Resulta que, ao adotar a concepção e as diretrizes, o Estado brasileiro assumiu uma *subordinação consentida* (FRIGOTTO & CIAVATTA, 2001) aos organismos internacionais, que procede numa perspectiva pedagógica individualista e fragmentária coerente com o ideário da desregulamentação, flexibilização e privatização. A educação profissional ocorre neste contexto de “privatização do pensamento pedagógico” que vai se refletir diretamente nas condições materiais do trabalho docente.

## **Como a Escola Técnica está Respondendo ao Desemprego Juvenil?**

A contradição da sociedade do conhecimento é que ela exige pessoas mais preparadas, mais educadas para viverem sem emprego formal, mas não sem trabalho. Neste contexto, o papel da educação não é meramente adaptativo ao desemprego, porque educação é reflexão e ação, é produção de conhecimento, todavia, também é regulação. Nesta perspectiva, ao se analisar a função do currículo na estruturação de uma nova subjetividade, buscava-se saber de que modo ocorre a educação do futuro cidadão competente para viver no desemprego.

A abordagem processual histórica de currículo permitiu identificar o movimento dos atores sociais no cotidiano da escola técnica. Tomou-se o currículo como síntese de conflitos (SACRISTÁN, 2000) que se materializam em ações reguladas pela estruturação da disciplina escolar. O currículo foi concebido como caminho (BALL, 1994 *apud* LOPES, 2004, p.195), por meio do qual os discursos oficiais se legitimam em forma de ações. Com isso, buscava-se evitar o problema de torná-lo

responsável pela resolução de todos os problemas sociais que surgem na escola, inclusive o da exclusão social.

Analisou-se o currículo por dois aspectos constitutivos da sua natureza: como prática social e como regulação. Visto como **prática social**, o currículo adquire o aspecto de *virada linguística*, colocada por Popkewitz (1994), que permite entender a mudança do significado histórico no contexto da revolução industrial da passagem de um conceito da mudança da formação do aluno para aprendiz. Hoje, essa *virada linguística* se identifica na mudança da formação do empregado para a do empreendedor. A criação de uma nova prática social pela escola, para atender à demanda social do problema do desemprego passa a ser feita pela introdução de uma disciplina na área de Gestão: o Empreendedorismo.

Mas, é a partir do conceito de currículo como **regulação** de consensos, que se torna possível entender a mudança por meio da disciplina, como conhecimento e como comportamento. Conforme Boaventura Santos (1989), a busca de institucionalização tem características próprias. Primeiro a disciplina é colocada no currículo da escola para atender a objetivos sociais. A seguir, passa por três etapas: a primeira é a busca de novos campos científicos; a segunda é a luta contra os não adeptos à inovação, os que não querem a institucionalização; e a terceira etapa é quando grupos novos buscam-se institucionalizar tratando de criar uma nova área disciplinar.

A esse movimento, Santos (1989) denomina **conversão reguladora**. No processo de institucionalização da disciplina, identificam-se três fases da institucionalização: 1ª) fase pré-paradigmática; 2ª) fase de desconstrução da teoria básica; e 3ª) fase pós-paradigmática – onde ocorre a especialização do objeto investigado. A análise deste processo fica mais clara utilizando o modelo de Gibson colocado por Lopes (2001), o qual concebe que a estruturação de uma disciplina no currículo ocorre em três passos: 1º) resposta à necessidade social; 2º) construção do trabalho (dos professores) na escola; 3º) regulação acadêmica (reconhecimento que garante seu lugar e espaço no currículo). Assim entendida, a implantação da

disciplina Empreendedorismo na área de Gestão do currículo da escola técnica, em primeiro lugar, busca responder a uma demanda social, uma alternativa ao desemprego. Em segundo lugar, está sendo desenvolvida pelos professores, que trabalham junto aos alunos no desenvolvimento de competências e habilidades, para: *"tornarem seus sonhos realidade"*, isto é, para que se tornem empreendedores. Esta parte se refere à regulação da disciplina no currículo da escola, ou seja, dentro da comunidade autônoma da escola.

## Metodologia

A **questão central** do trabalho foi verificar como os atores sociais envolvidos com a educação profissional, desenvolvida na escola técnica, enfrentam a questão do desemprego juvenil. As categorias de análise foram estruturadas a partir da hipótese de que *há uma compreensão diversa de cada ator social a partir de seu interesse*, e, por esta razão, identificou-se que os atores, a partir de sua natureza e interesses correspondentes, os quais nortearam a elaboração dos instrumentos de coleta de dados. O critério de escolha dos grupos formados pelos atores sociais foi que eles deveriam necessariamente estar ligados a instituições e entidades reconhecidas e formalizadas. Neste sentido, a participação foi entendida como a construção de uma interação mediatizada e fundamentada numa intersubjetividade, configurada no entendimento acerca das intenções e assegurada pelo reconhecimento universal das obrigações. Esta subjetividade que, simbolicamente, rege-se por normas que valem obrigatoriamente e são reconhecidas pelos sujeitos agentes (HABERMAS, 1997). Foi assim que **entendemos a participação no seu aspecto formal, vivido pelos sujeitos na esfera pública**. Participar de grupos que sejam formalizados significa que há consequência na fala pública dos agentes, não se trata de grupos, mas de instituições formadas por sujeitos. A organização, portanto, funciona ao redor das regras cheias de sentido, estabelecidas na esfera pública. A opção por esta abordagem orientou a escolha de

setores organizados na escola técnica, em outras palavras, por estruturas organizadas na esfera pública no sentido dado por Arendt (2001) de espaço da diversidade, que possibilita o reconhecimento do outro, formando uma variedade de aspectos de um mesmo problema, no caso, o desemprego juvenil visto pelos atores sociais envolvidos com a escola técnica. Isso justifica a escolha dos professores que são coordenadores pedagógicos. Já os alunos, devido ao número elevado, foram selecionados por amostragem estatística. Foram utilizados três tipos de instrumentos para a coleta de dados: a) consulta aos documentos oficiais; b) questionários; c) entrevistas. Os questionários foram aplicados junto aos alunos e as entrevistas foram feitas com os pais, os professores coordenadores pedagógicos, os agentes governamentais, os conselhos profissionais e as representações sindicais empresariais. O enfoque analítico deste artigo restringe-se aos atores sociais: alunos e professores. A coleta de dados junto ao segmento alunos foi feita por amostragem estatística, por meio da aplicação de questionários. Num universo de 13.528 alunos, estabeleceu-se uma amostra aleatória estratificada composta por 255 alunos, em oito escolas técnicas de uma fundação da rede de ensino pública estadual. Em relação aos professores, foram realizadas trinta entrevistas com os que exercem a função de coordenadores pedagógicos dos cursos técnicos, porque são eles que implementam o currículo.

O **objetivo geral** das entrevistas com professores foi identificar o tipo de relação entre a escola técnica e o mundo do trabalho por meio do currículo da escola de ensino médio/técnico. A **hipótese diretriz** que permitiu analisar a educação por meio do currículo foi a concepção de que a noção de competências tem como núcleo central o saber tácito – entendido como capacidade de resolver problemas em situações concretas. Tal noção de competências se expressa, na escola, por meio da organização curricular por competências (RAMOS, 2001), fundamentada na noção de empregabilidade<sup>2</sup>

<sup>2</sup> Tendo em vista o desemprego, esta noção está mais voltada para a criação de um *exército de mão de obra de reserva* (BRAVERNANN, 1981).

voltada para o atendimento das necessidades do capital, ou do mercado. Os conceitos que fundamentam os indicadores da relação escola, empresa e currículo são as aplicações de descobertas e inovações no campo da produção no trabalho pedagógico – por meio do desenvolvimento de projetos – em conjunto com a escola técnica e as empresas; a formação continuada e no trabalho, os tipos de emprego que os alunos encontraram após o curso técnico. Assim, a temática da análise configura-se na relação entre a escola técnica e o mundo do trabalho e as categorias que norteiam a análise do conteúdo do segmento dos professores abrangem as seguintes dimensões: compreensão do ensino por competências; regulação de conhecimentos (ter espaço dentro do currículo); facilitadores do trabalho docente, considerando os aspectos: condições pedagógicas, infraestrutura física, equipamentos didáticos, recursos pedagógicos, capacitação profissional, materiais didáticos, proposta curricular e inserção profissional dos egressos. Os indicadores de inserção profissional foram obtidos a partir das histórias ou relatos, feitos pelos próprios professores entrevistados, sobre alunos que encontraram emprego. Para alcançar este objetivo, foram feitas quatro questões para a entrevista:

- 1) Como você percebe o ensino por competências na estruturação curricular?
- 2) Sua(s) disciplina(s) está(ão) contempladas de forma satisfatória na carga horária da escola?
- 3) Cite fatores que facilitam seu trabalho docente, considerando os seguintes aspectos: condições pedagógicas, infraestrutura física, equipamentos didáticos, recursos pedagógicos, capacitação profissional, materiais didáticos, proposta curricular.
- 4) O professor precisa ter um retorno para poder preparar melhor os seus alunos. Neste sentido, quantos alunos seus já encontraram emprego? Você pode citar alguma história?

As quatro perguntas foram organizadas em quatro fichas de análise, organizadas por itens de perguntas de I a IV. Nas fichas de 1 a 4 estão as respostas dos entrevistados.

## **Resultados Obtidos**

Em relação aos alunos<sup>3</sup>, chama a atenção o fato de que 90% não participam de associação na escola e 91% não participam de associação fora da escola. Isto evidencia uma tendência para o individualismo. Como pode sobreviver um indivíduo numa sociedade que exige trabalho em equipe, que exige participação na rede comunicacional (CASTELLS, 1999) e que seja um empreendedor (HARVEY, 2001), sem que se exercite a capacidade de conviver com os outros (DELORS, 1999)? Os jovens da escola técnica são confiantes no futuro, 88% pretende trabalhar na área em que está fazendo o curso e 72% acredita que sustentará a família com este trabalho.

## **O Que Pensam os Coordenadores Pedagógicos sobre Ensino por Competências**

Os professores coordenadores pedagógicos do ensino médio e técnico, cuja atribuição principal é a implementação do currículo, Parâmetros Curriculares Nacionais previstos nos instrumentos legais do Ensino, sendo o mais incisivo o Decreto Nº 2.208/97, a Portaria MEC Nº 1.005, que criou o Programa de Reforma da Educação Profissional (PROEP), que viabilizaria os recursos financeiros para a escola técnica no Brasil. O que se destaca na análise do discurso é que os professores são unânimes em perceber que não há clareza sobre como traduzir e implementar a noção de competências, prevista no plano legal para o cotidiano. Alegam que há uma falta de clareza que tem origem na dificuldade para avaliar

---

<sup>3</sup> Segmento alunos: por amostragem estatística, por meio da aplicação de questionários. Universo de 13.528 alunos. Amostra aleatória estratificada: 255 alunos, em 14 escolas técnicas da rede de ensino.

o aluno em situações de aplicação dos conteúdos, porque a infraestrutura que existe é insuficiente. Destaca-se a falta de laboratórios e disponibilidade de poucos recursos para a manutenção, há dificuldade ou mesmo falta de conexão com a Internet. Todavia, quando ocorre um relacionamento mais estreito entre as empresas e as escolas técnicas, especificamente durante os estágios, há possibilidade de agilizar e atender aos perfis profissionais de maneira mais satisfatória. Também a partir deste relacionamento é que ocorre o resgate ou se amplia a relação da escola com o mundo do trabalho.

Os professores ressaltam a necessidade da formação continuada para a realização de novas aprendizagens na formação dos alunos e dos professores. Muitos procuram fazer capacitação profissional por conta própria. Por outro lado, identificam que os livros didáticos para o ensino médio, como registros de apoio ao trabalho pedagógico, não acompanham a dinâmica das radicais mudanças tecnológicas e sociais. Sugerem que novas experiências pedagógicas podem servir de apoio para enfrentar estas dificuldades.

Quando pedimos para responderem sobre a sua satisfação a respeito da disponibilidade das disciplinas técnicas na carga horária da escola, os que se mostraram satisfeitos justificavam que o debate em torno dos conteúdos programáticos aumentou. Os ajustes semestrais têm permitido contato com as empresas, e que isto tem proporcionado melhora no currículo. Já os que se mostram insatisfeitos alegam que não há infraestrutura adequada para o desenvolvimento dos conteúdos, uma vez que a falta de equipamentos nos laboratórios dificulta trabalhar os conteúdos e traduzir parâmetros de modernização em ação, a precariedade dos laboratórios impede a prática. Também ressaltam a falta de base de conhecimento dos alunos, especialmente em matemática e física, disto decorre a exigência ao professor de maior disponibilidade do tempo de sua disciplina para se remeter às explicações que caberiam ao ensino médio. Isto é, os professores da área técnica ficam frustrados ao

verem que o aluno não acompanha as aulas por falta de base de cálculo e análise. Outra causa de insatisfação é a redução da carga horária destinada ao curso técnico que diminuiu de 3.600 para 1.800 h/a conforme determinava o Decreto Lei Nº 2.208/97.<sup>4</sup> Houve alteração da estrutura organizacional bem como a concepção curricular, já que sinalizava a modulação, a criação da educação básica e a educação tecnológica. Outro aspecto ressaltado e, não menos importante, trata-se da dificuldade para o aluno encontrar campo de estágio que está entre os motivos de insatisfação.

Ao mesmo tempo, os professores lutam contra a penúria. Através da criatividade, buscam ultrapassar a dificuldade com a manutenção dos laboratórios. Para isso, tomam iniciativas tais como o incentivo à participação dos alunos nos Clubes Técnicos, onde se desenvolve trabalho de monitoria. Também utilizam o computador para criar programas que simulam situações reais, em busca da ampliação do conhecimento.

## **Aspectos Facilitadores do Trabalho Docente**

O trabalho da equipe de orientação pedagógica tem sido um facilitador na implementação das mudanças prevista na Legislação do ensino médio. Ressaltam que a liberdade de trabalho e de ação, ou seja, o baixo controle por parte da hierarquia superior, bem como o trabalho em equipe multidisciplinar, e junto às famílias permite o desenvolvimento de uma autonomia do trabalho docente.

---

<sup>4</sup> Substituído pelo Decreto Lei Nº 5.154, de 23 de julho de 2004, o qual regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. Fazemos referência particularmente ao Decreto Nº 2.208/97, à Medida Provisória Nº 1.549/97 e à Portaria Nº 646/97, medidas legais que estabeleciam a separação entre o ensino médio e profissionalizante; a Medida Provisória Nº 1.549/97 que, em seu artigo 44, apontava a transferência de responsabilidade de manutenção e gestão do ensino técnico para os estados, municípios e o Distrito Federal, para o setor produtivo ou organizações não governamentais. A União, dessa forma, se eximia da responsabilidade sobre a expansão da rede técnica federal. (MANFREDI, 2002, p.294).

A dificuldade é a falta de uma didática específica para o ensino médio. O grau de integração é baixo entre a equipe de formação geral e a equipe da formação técnica. A falta de equipamentos e materiais didáticos, de reposição, de consumo, acesso à Internet, filmes didáticos, equipamentos tornam-se obstáculos para mostrar aos alunos como as coisas funcionam.

A capacitação profissional tem dois aspectos a serem ressaltados. Primeiro, é que os professores da área técnica que atuam no mercado trazem as suas experiências e vivências profissionais para a escola técnica. No entanto, aqueles que têm dedicação exclusiva, ou seja, que não têm outra atividade senão a do magistério na escola técnica, correm o risco de ficarem desatualizados dos novos padrões tecnológicos em escolas desequipadas. Assim, a dificuldade para o profissional de ensino na área técnica é que sempre há novidades e a falta de recursos financeiros por parte do Estado impede a formação continuada.

Quanto ao retorno dos alunos para que o professor possa preparar suas ações, pautado nos resultados obtidos junto aos egressos, alguns relatos permitem identificar que o reconhecimento profissional ocorre por meio de convites de instituições – empresas, universidades, conselhos profissionais, para que os professores publiquem artigos em revistas especializadas. Há convites para participação de seus alunos em seminários e cursos promovidos pelos conselhos profissionais, este é um dos caminhos que eles identificam o reconhecimento pelo seu trabalho. A aprovação dos alunos em concursos públicos e em empresas estatais e hospitais de ponta também é indicador do sucesso do trabalho docente. Alguns analisam que o desemprego desmotiva o aluno, pois consideram que o curso, o estágio e o emprego têm problemas estruturais, isto abala o imaginário, e, portanto, as expectativas dos alunos. Há muita dificuldade para a inserção profissional dos ex-alunos, muitos deles estão desempregados ou estão fora da função de técnicos.

Os convênios com empresas privadas facilitam a empregabilidade do aluno. No setor público, os convênios ocorrem em áreas que estão ligadas à retomada da produção, no caso estudado: o setor naval é o um exemplo. Mas o estágio no setor público tem sido fonte permanente de preocupação por parte dos docentes dada a baixa oferta de concursos públicos. Os estagiários são desvirtuados de suas funções e acabam fazendo trabalhos que não estão relacionados ao conteúdo programático do curso, como em alguns exemplos: tirar cópias por várias horas, ou ficar em filas de banco para efetuar pagamentos, cuidar de fraldas geriátricas. Por outro lado, as parcerias melhoram o conhecimento, aprimoram o currículo devido à troca de informações entre o campo da empresa e da escola técnica. Também há alunos que abandonam os estudos devido à maternidade ou paternidade durante o curso, exigindo que contribuam com renda para o sustento dos seus filhos.

### **Considerações Finais**

No estágio do capitalismo tardio, as competências individuais servem para a formação de um caráter moldado a se adaptar de forma submissa aos desejos do "deus mercado", entretanto, também podem vir a formar uma nova consciência crítica, dado o caráter dialético da educação. Apesar de lidarem com a penúria de um cotidiano escolar marcado pela falta de equipamentos nos laboratórios da área técnica, os professores buscam reverter a situação. Ao analisar a escola técnica na perspectiva processual histórica, por meio do currículo, entendido como síntese de conflitos, foi possível identificar como o trabalho docente contribui para a realização da mudança da estruturação de uma nova subjetividade, que migra da formação do empregado para a formação do empreendedor. O primeiro modo de análise do currículo foi o de buscar o entendimento do significado do que Popkewitz (1994) chamou de "virada linguística", por meio da metodologia de ruptura com a abordagem que tem como centro de

análise do currículo apenas as matérias; adotando o método processual histórico, Popkewitz estudou a mudança do aluno para aprendiz no contexto da passagem da manufatura para a industrialização e acabou identificando que o aprendiz seria aquele capaz de aprendizagem e transformação no trabalho. Hoje, ocorre uma nova ressignificação do aluno, caracterizada pela passagem do empregado para empreendedor. Tomou-se a mudança do conceito de empregado para empreendedor, para compreender que esta é a resposta que a escola busca implementar para enfrentar o desemprego juvenil. A educação como regulação, via currículo, trabalha uma ressignificação do conceito de aluno no sentido de uma ruptura linguística marcada pela mudança na forma de socialização para atender a uma nova demanda do processo produtivo. Formar o competente para sobreviver ao desemprego e viver no trabalho flexibilizado – o empreendedor. Neste sentido, o empreendedorismo é a resposta da escola técnica que está construindo à problemática do desemprego juvenil, de forma acrítica.

O segundo passo foi tomar o conceito de regulação acadêmica, fundamental para o reconhecimento do trabalho dos professores. Com reconhecimento acadêmico, eles garantem o espaço da disciplina no currículo da escola. Daí a necessidade dos professores, não só da área de Empreendedorismo, mas os de Segurança do Trabalho, e de outras não abrangidas pelo estudo, também sinalizarem para a importância de terem artigos publicados em revistas especializadas da área em que atuam, ao buscarem a regulação acadêmica. Portanto, o reconhecimento do trabalho do professor passa pela regulação acadêmica que vai dar um *status* e garantir o espaço no currículo.

Conclui-se que falta explorar melhor a esfera pública como local para a elaboração de políticas públicas, e desenvolvimento de consciência crítica sobre as determinações. Tendo em vista que os atores sociais envolvidos com a escola técnica não conversam entre si para resolverem os problemas que os afligem. Apesar de todos reconhecerem que há dificuldades para inserção profissional dos jovens no primeiro emprego, e

que há pouca oferta de estágios para a obtenção do diploma de curso técnico, não existe uma proposta integradora entre pais, professores, empresários, alunos, grêmios estudantis, conselhos profissionais e professores com vistas a desenvolver política pública de primeiro emprego para e com os jovens da escola técnica.

Por outro lado, a introdução da disciplina Empreendedorismo no currículo da escola é uma forma de resposta ainda insuficiente para responder ao desemprego juvenil, pois implica na criação de políticas públicas de suporte econômico aos empreendimentos dos jovens.

## Referências Bibliográficas

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. 3.ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

CAMARANO, Ana Amélia; PAZINATO, Maria Tereza; KANSO, Solange, et al. A transição para a vida adulta: novos ou velhos desafios? *Boletim Mercado de Trabalho, Conjuntura e Análise*. Rio de Janeiro, IPEA, n. 21. p. 53-66, fev. 2003. (Análise do mercado de trabalho: notas técnicas).

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. (A Era da Informação: economia sociedade e cultura; v. 1). 4.ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATTANI, Antonio David. *Trabalho e autonomia*. Petrópolis: Vozes, 1996.

DELORS, Jacques. *Educação: um tesouro a descobrir*. 3.ed. São Paulo: Cortez, 1999.

DEMO, Pedro. *Miragem do emprego*. Brasília: Universidade de Brasília, 2004.

DIEESE. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *A situação do trabalho no Brasil*. São Paulo: DIEESE, 2001. (Cap. 1. Renda familiar e trabalho, p. 15-44; cap. 2. Emprego e desemprego, p. 45-78; cap. 3. Rendimentos do trabalho, p. 79-101 e cap. 6. Jovens no mercado de trabalho, p. 145-167).

\_\_\_\_\_. *Juventude: diversidades e desafios no mercado de trabalho metropolitano*. n. 11, set., 2005.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

EMEDIATO, Luiz Fernando. A tragédia social do jovem. *Boletim Mercado de Trabalho - conjuntura e análise*. Rio de Janeiro: IPEA, n. 21. Opinião dos atores 13-16, fev.2003.

FERREIRA, Mário César & ROSSO, Sadi Dal. *A regulação social do trabalho*. Brasília: Paralelo 15, 2003.

FRIGOTTO & CIAVATTA, Maria (Orgs.). *Teoria e educação no labirinto do capital*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. FRIGOTTO *et al.* *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis-RJ: Vozes, p. 76-99, 1998.

GIRARD, Christiane & THEODORO, Mário. Atividades informais em Brasília: Análise e desafio. In: FERREIRA, Mário César & ROSSO, Sadi Dal. *A regulação social do trabalho*. Brasília: Paralelo 15, 2003. p. 209-226.

GOLGHER, André e RIOS-NETO, Eduardo L.G. A oferta de trabalho dos jovens – tendências e perspectivas. *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*. Rio de Janeiro: IPEA, nº 21. Análise do Mercado de Trabalho: notas técnicas, p. 37-52, fev. 2003.

GRANA, Carlos Alberto. Juventude e primeiro emprego. *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*. Rio de Janeiro, IPEA, n. 21. p. 9-11, fev. 2003. (Opinião dos atores).

HABERMAS, Jürgen. *Teoria de la acción comunicativa: complementos y estudios prévios*. 3.ed. Madri: Cátedra, 1997.

HOBSBAWM, Eric. *A Era dos extremos – o breve século XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 10. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

INSTITUTO Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). *Economia Informal Urbana 1997*. Rio de Janeiro, 1999. v. 1. Brasil e Grandes Regiões e v. 4. Unidades da Federação e regiões Metropolitanas da Região Sudeste.

LOPES, Alice Casimiro. *Os parâmetros curriculares nacionais para o ensino médio e a submissão ao mundo produtivo: o caso do conceito de contextualização*. Educação & Sociedade, Campinas, v. 23, n. 80, set./2004, p. 389-404.

\_\_\_\_\_. *Interpretando e produzindo políticas curriculares para o ensino médio*. *Ensino Médio: ciência, cultura e trabalho*. FRIGOTTO, Gaudêncio e CIAVATTA, Maria [orgs.]. Brasília: MEC, SEMTEC, 2004, p. 191-203.

\_\_\_\_\_. & MACEDO, Elizabeth (Orgs.). *Disciplinas e integração curricular: histórias e políticas*. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

LUKÁCS, György. *Georg Lukács: sociologia*. Organizado por José Paulo Netto. São Paulo: Ática, 1981.

OIT. Oficina Internacional Del Trabajo. *Tendencias mundiales del empleo juvenil*. Genebra, 2004.

PERALVA, A. & SPOSITO, M. (Orgs.). Juventude e Contemporaneidade. *Revista Brasileira de Educação*. São Paulo, ANPED, ns. 5 e 6, 1997.

POCHMANN, Marcio. *O trabalho sob fogo cruzado: exclusão, desemprego e precarização no final do século*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Economia).

\_\_\_\_\_. *A batalha pelo primeiro emprego: a situação atual do jovem e as perspectivas no mercado de trabalho brasileiro*. São Paulo: Publisher Brasil, 2000.

POPKEWITZ, Thomas. História do currículo, regulação social e poder. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). *O sujeito da educação: estudos foucaultianos*. Petrópolis: Vozes, 1994, p. 173-210.

QUADROS, Waldir. Um retrato do desemprego juvenil no Brasil. *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*. Rio de Janeiro, IPEA, n. 21. p. 5-8, fev.2003. (Opinião dos atores).

RAMOS, Marise Nogueira. *A pedagogia das competências: autonomia ou adaptação?* São Paulo: Cortez, 2001.

RANDALL COLLINS. *The credential society*. Nova York: Academic Presse, 1979, p. 191-204. Disponível em: <<http://www2.pfeiffer.edu/~Iridner/courses/COLLINR2.HTML>>. Acesso em: 19 jun.2004.

RIFKIN, Jeremy. *O fim dos empregos: o declínio inevitável dos níveis dos empregos e a redução da força global de trabalho*. São Paulo: Makrom Book, 1995.

SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: uma reflexão sobre a prática*. 3.ed. Porto Alegre: ArtMed, 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. Educação, trabalho e desenvolvimento: uma complexa relação. *Trabalho & Educação*, Belo Horizonte, n. 6, p. 15-46, jul./dez. 1999 e jan./jun. 2000.

TODESCHINI, Remígio. Combate ao desemprego juvenil no Brasil: a proposta do Ministério do Trabalho e Emprego. *Boletim Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, Rio de Janeiro, IPEA, n. 21. 21-23, fev. 2003. (Opinião dos atores).

VANDENBERGHE, Frédéric. *Globalisation and Individualisation in late modernity: a theoretical introduction to the Sociology of Youth*. Published in Italian under the title: *Globalizzazione e individualizzazione nella tarda modernità*, p 3-68 in Bettin, G. (a cura di): *Giovani e democrazia in Europa*, Tomo 1, Cedam, Padova, 1999.

WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. 10.ed. São Paulo: Pioneira, 1996.